

TEORIA E EXERCÍCIOS

PC-MA

Polícia Civil do Maranhão

OFICIAL INVESTIGADOR

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Informática
- Raciocínio Lógico
- Estatística
- Administração
- Atualidades
- Direito Penal e Processual Penal
- Direito Constitucional
- Medicina Legal
- Criminologia
- Contabilidade
- História e Geografia do Maranhão
- Direito Administrativo
- Legislação Especial
- Direitos Humanos

DE ACORDO COM EDITAL Nº 1 – PCMA – INVESTIGADOR, DE
13 DE JULHO DE 2026



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
Legislação comentada

Polícia Civil do Maranhão

PC-MA

Oficial Investigador

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Oficial Investigador de acordo com o Edital nº 1 – PCMA – Investigador, de 13 de julho de 2026, da Polícia Civil do Maranhão - PC-MA.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CEBRASPE, organizadora contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Informática, Direito Penal e Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Legislação Especial e Direitos Humanos disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS	13
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	16
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	26
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	28
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	28
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO.....	33
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	40
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	40
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	43
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	45
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	52
Colocação dos Pronomes Átonos	61
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	61
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	68
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	72
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO.....	74
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	74
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO E REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO.....	76
REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE	78
■ CORRESPONDÊNCIA OFICIAL (CONFORME MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA).....	81
ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL, FINALIDADE DOS EXPEDIENTES OFICIAIS, ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO E ADEQUAÇÃO DO FORMATO DO TEXTO AO GÊNERO	81
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	125
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	125

RACIOCÍNIO LÓGICO.....	159
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	159
ANALOGIAS.....	159
INFERÊNCIAS.....	159
DEDUÇÕES	159
CONCLUSÕES	159
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	160
ESTRUTURAS LÓGICAS	160
PROPOSIÇÕES SIMPLES	161
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	163
TABELAS VERDADE.....	165
■ EQUIVALÊNCIAS	168
LEIS DE MORGAN	173
■ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM E DIAGRAMAS LÓGICOS.....	177
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.....	181
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	189
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	198
CONTABILIDADE.....	231
■ CONCEITOS, OBJETIVOS E FINALIDADES DA CONTABILIDADE	231
■ PATRIMÔNIO	231
COMPONENTES.....	231
EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO	231
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	232
SITUAÇÃO LÍQUIDA.....	232
■ ATOS E FATOS ADMINISTRATIVOS: CONCEITOS, FATOS PERMUTATIVOS, MODIFICATIVOS E MISTOS	232
■ CONTAS: CONCEITOS, CONTAS DE DÉBITOS, CONTAS DE CRÉDITOS E SALDOS	233
■ PLANO DE CONTAS: CONCEITOS, ELENCO DE CONTAS, FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CONTAS.....	236

■ ESCRITURAÇÃO	237
CONCEITOS, LANÇAMENTOS CONTÁBEIS, ELEMENTOS ESSENCIAIS, FÓRMULAS DE LANÇAMENTOS, LIVROS DE ESCRITURAÇÃO, MÉTODOS E PROCESSOS, REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA	237
■ CONTABILIZAÇÃO DE OPERAÇÕES CONTÁBEIS DIVERSAS	243
JUROS, DESCONTOS, TRIBUTOS, ALUGUÉIS, VARIAÇÃO MONETÁRIA/CAMBIAL, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS, VENDAS E PROVISÕES, DEPRECIACÕES E BAIXA DE BENS	243
■ BALANCETE DE VERIFICAÇÃO: CONCEITOS, MODELOS E TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO	265
■ BALANÇO PATRIMONIAL	267
CONCEITOS E OBJETIVO	267
COMPOSIÇÃO	268
■ DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO: CONCEITO, OBJETIVO, COMPOSIÇÃO.....	270
■ LEI Nº 6.404/1976 E SUAS ALTERAÇÕES.....	273
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E PRONUNCIAMENTOS DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)	273
■ NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (R1)	291
ESTATÍSTICA	301
■ ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS	301
TABELAS	301
GRÁFICOS, DIAGRAMAS E MEDIDAS DESCRITIVAS (POSIÇÃO, DISPERSÃO, ASSIMETRIA E CURTOSE).....	303
■ PROBABILIDADE	306
DEFINIÇÕES BÁSICAS.....	306
AXIOMAS.....	307
PROBABILIDADE CONDICIONAL E INDEPENDÊNCIA	309
VARIÁVEIS ALEATÓRIAS DISCRETAS E CONTÍNUAS	310
■ DISTRIBUIÇÕES ESPECIAIS: DISTRIBUIÇÃO DE PROBABILIDADES	311
■ TESTES DE HIPÓTESES: HIPÓTESES SIMPLES E COMPOSTAS, NÍVEIS DE SIGNIFICÂNCIA E POTÊNCIA DE UM TESTE, TESTE T DE STUDENT, TESTE QUI-QUADRADO	312
■ FUNÇÃO DE PROBABILIDADE E FUNÇÃO DENSIDADE DE PROBABILIDADE	320
■ ESPERANÇA, MOMENTOS E LEIS DOS GRANDES NÚMEROS	320
TRANSFORMAÇÃO DE VARIÁVEIS	321

■ DISTRIBUIÇÕES CONDICIONAIS E INDEPENDÊNCIA	321
■ TEOREMA CENTRAL DO LIMITE.....	322
■ INFERÊNCIA ESTATÍSTICA	322
AMOSTRAS ALEATÓRIAS.....	322
TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM	322
Amostragem Aleatória Simples	322
Sistemática.....	323
Estratificada	323
Por Conglomerados	323
TAMANHO AMOSTRAL	323
DISTRIBUIÇÕES AMOSTRAIS.....	324
ESTIMAÇÃO PONTUAL: MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO, PROPRIEDADES DOS ESTIMADORES, SUFICIÊNCIA.....	325
ESTIMAÇÃO INTERVALAR: INTERVALOS DE CONFIANÇA, INTERVALOS DE CREDIBILIDADE.....	325
CRITÉRIOS DE MÍNIMOS QUADRADOS E DE MÁXIMA VEROSSIMILHANÇA	325
■ ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR E INFERÊNCIA SOBRE OS PARÂMETROS DO MODELO	326
MODELOS DE REGRESSÃO LINEAR.....	326
ANÁLISE DE VARIÂNCIA E ANÁLISE DE RESÍDUOS	328
ADMINISTRAÇÃO	335
■ ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL	335
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: MOTIVAÇÃO E DESEMPENHO	341
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO.....	352
SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.....	359
■ ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	383
ORÇAMENTO PÚBLICO	383
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	385
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	393
SIDOR E SIAFI	395
RECEITA PÚBLICA: CATEGORIAS E FONTES.....	395
Estágios	399
Dívida Ativa.....	400

DESPESA PÚBLICA: CATEGORIAS E ESTÁGIOS	400
SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	404
RESTOS A PAGAR.....	405
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	406
CONTA ÚNICA DO TESOIRO	407
 HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO	 415
■ FRANÇA EQUINOCIAL – EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE E FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS.....	415
■ BATALHA DE GUAXENDUBA.....	415
■ CAPITÃES-MORES DO MARANHÃO	416
■ INVASÃO E EXPULSÃO DOS HOLANDESES	417
■ ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ.....	417
REVOLTA DE BEQUIMÃO (CAUSAS E OBJETIVOS DA REVOLTA)	418
COMPANHIA DE COMÉRCIO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ.....	418
■ PERÍODO DO IMPÉRIO E ADESÃO DO MARANHÃO.....	419
■ INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.....	420
■ CAUSAS DA NÃO ADESÃO	420
BATALHA DO JENIPAPO	421
■ BALAIADA: CARACTERIZAÇÃO E CAUSAS DO MOVIMENTO	421
■ PERÍODO REPUBLICANO: ADESÃO DO MARANHÃO À REPÚBLICA	422
■ REVOLUÇÃO DE 1930 NO MARANHÃO	422
■ PRINCIPAIS FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS OCORRIDOS NO MARANHÃO, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	423
■ GEOGRAFIA DO MARANHÃO: LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO	424
SUPERFÍCIE.....	424
LIMITES E LINHAS DE FRONTEIRA	425
PONTOS EXTREMOS	425
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA).....	425
■ PARQUES NACIONAIS	426

■ CLIMAS DO MARANHÃO: PLUVIOSIDADE E TEMPERATURA.....	427
■ GEOMORFOLOGIA.....	429
CLASSIFICAÇÃO DO RELEVO MARANHENSE: PLANALTOS, PLANÍCIES E BAIXADAS	429
CARACTERÍSTICAS DOS RIOS MARANHENSES: BACIAS DOS RIOS LIMÍTROFES (PARNAÍBA, GURUPI E TOCANTINS-ARAGUAIA) E BACIAS DOS RIOS GENUINAMENTE MARANHENSES	430
PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS: FLORESTA, CERRADO E COCAIS	431
GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO: POPULAÇÃO ABSOLUTA, DENSIDADE DEMOGRÁFICA, POVOAMENTO E MOVIMENTOS POPULACIONAIS	434
■ AGRICULTURA MARANHENSE: CARACTERIZAÇÃO E PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS	436
CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA.....	436
■ SETOR TERCIÁRIO, PARQUE INDUSTRIAL E EXTRATIVISMO VEGETAL, ANIMAL E MINERAL: INDÚSTRIAS DE BASE, INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO, COMÉRCIO, TELECOMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	439
■ MALHA VIÁRIA.....	439
■ PORTOS E AEROPORTOS.....	441
■ CULTURA MARANHENSE.....	441
ATUALIDADES	447
■ FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, ADMINISTRATIVOS, CULTURAIS, AMBIENTAIS, CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E JURÍDICOS OCORRIDOS NO BRASIL E NO MUNDO.....	447
MEDICINA LEGAL	513
■ CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E DIVISÕES DA MEDICINA LEGAL.....	513
■ CORPO DE DELITO, PERÍCIA E PERITOS EM MEDICINA LEGAL	514
■ DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS	535
CONCEITOS DE IDENTIDADE, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO	539
■ PRINCIPAIS MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO	545
■ LESÕES E MORTES POR AÇÃO CONTUNDENTE, POR ARMAS BRANCAS E POR PROJÉTEIS DE ARMA DE FOGO COMUNS E DE ALTA ENERGIA	548
■ CONCEITO E DIAGNÓSTICO DA MORTE.....	549
FENÔMENOS CADAVERÍCOS.....	550
CRONOTANATOLOGIA.....	554

EXUMAÇÃO	559
CAUSA JURÍDICA DA MORTE	560
Morte Súbita e Morte Suspeita	560
Comoriência e Primoriência	560
■ EXAME DE LOCAIS DE CRIME	561
MODIFICADORES E AVALIAÇÃO PERICIAL DA IMPUTABILIDADE PENAL E DA CAPACIDADE CIVIL	568
DOENÇA MENTAL, DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO OU RETARDADO, PERTURBAÇÃO MENTAL	570
CRIMINOLOGIA	575
CONCEITO	575
MÉTODOS: EMPIRISMO E INTERDISCIPLINARIDADE	576
OBJETOS DA CRIMINOLOGIA	576
Delito	576
Delinquente	577
Vítima	577
Controle social	577
■ FUNÇÕES DA CRIMINOLOGIA	578
CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL	578
■ MODELOS TEÓRICOS DA CRIMINOLOGIA	584
TEORIAS SOCIOLÓGICAS	585
PREVENÇÃO DA INFRAÇÃO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	591
Prevenção Primária	592
Prevenção Secundária	592
Prevenção Terciária	592



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

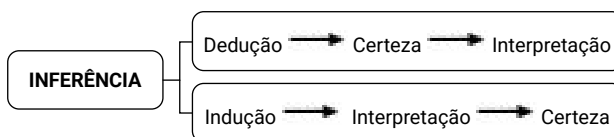
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

ANALOGIAS

Neste processo de raciocínio chamado analogia, são estabelecidas comparações entre situações conhecidas e desconhecidas, buscando semelhanças. A analogia sugere a existência de alguma similaridade entre as proposições, constituindo, assim, uma premissa parcial.

A premissa parcial serve como ponto de partida para outra premissa, cuja função é fornecer informações essenciais que conduzirão à conclusão desejada. É imperativo que essas premissas sejam verdadeiras para garantir a validade do argumento.

Exemplificando:

- Todas as verduras são saudáveis;
- Todos os brócolis são verduras.

■ **Conclusão:** Portanto, todos os brócolis são saudáveis.

INFERÊNCIAS

As inferências no raciocínio lógico-matemático referem-se à capacidade de deduzir informações ou conclusões com base em premissas estabelecidas. Os teoremas matemáticos são frequentemente derivados por meio de inferências lógicas. Ao conectar proposições iniciais, os matemáticos inferem resultados adicionais, estendendo o conhecimento além do explicitamente declarado.

Em outras palavras, pode-se dizer que inferência é o processo pelo qual, a partir de uma ou mais premissas, se derivam novas proposições. Quando uma inferência é considerada válida, isso implica que a nova proposição pode ser aplicada em outros raciocínios lógicos. A construção de inferências parte de hipóteses, permitindo a dedução de conclusões.

Pensando nisso, o silogismo desempenha um papel fundamental na inferência, sendo uma estrutura composta por duas premissas (proposições) e uma conclusão. O raciocínio dedutivo é empregado para chegar a essa conclusão, explorando as informações contidas nas premissas. Vale ressaltar que **nem todas as inferências conduzem a conclusões verdadeiras**.

Um exemplo ilustrativo é afirmar que todas as galinhas possuem duas patas, mas seria inadequado inferir que tudo que possui duas patas é uma galinha. A validade das inferências está intrinsecamente relacionada à precisão das premissas.

A qualidade da inferência é, também, influenciada pela riqueza de características contidas nas premissas. Quanto mais informações estiverem presentes na premissa, maior é a probabilidade de realizar inferências nessas precisas. Essa capacidade é evidenciada quando, diante da pergunta sobre uma ave de duas

patas com crista vermelha, é possível inferir, com maior confiança, que se trata de uma galinha.

DEDUÇÕES

A dedução inicia-se a partir de uma certeza, uma premissa universal, com o objetivo de alcançar uma conclusão, ou seja, ela se move do **geral para o específico**. Este método parte de uma informação ampla para desvendar uma verdade específica. A segurança na conclusão é reforçada pelo uso de premissas já aceitas, proporcionando uma base sólida e amplamente reconhecida.

Vejamos um exemplo para compreender melhor:

Todos os seres humanos são mortais.

Rômulo é um ser humano.

Logo, Rômulo é mortal.

Ao contrário da dedução, temos a **indução**, que se move do **específico para o geral**. Veja o seguinte exemplo para compreender melhor:

Todas as maçãs que já comi eram doces.

A última maçã que comi era doce.

A maçã que comprei hoje também é doce.

Logo, todas as maçãs são doces.

CONCLUSÕES

As conclusões no raciocínio lógico matemático representam o resultado de um processo dedutivo bem-sucedido. Elas sintetizam as inferências, evidenciando a verdade lógica derivada das premissas iniciais.

Uma conclusão matemática é geralmente uma afirmação clara e inequívoca que expressa um resultado específico. A precisão é crucial, pois as conclusões matemáticas formam a base para avançar em direção a novos problemas e desafios dentro da disciplina.

Vejamos alguns exercícios comentados a seguir:

1. **(NOVA CONCURSOS)** Leia a afirmação a seguir e responda à questão.

“Se todos os funcionários do setor de TI são proficientes em programação e alguns funcionários proficientes em programação falam inglês fluente”, então podemos concluir que:

- a) Todos os funcionários do setor de TI falam inglês fluente.
- b) Alguns funcionários do setor de TI falam inglês fluente.
- c) Nenhum funcionário do setor de TI fala inglês fluente.
- d) Alguns funcionários proficientes em programação não falam inglês fluente.

A premissa inicial é que todos os funcionários do setor de TI são proficientes em programação, e sabemos que alguns dos proficientes em programação falam inglês fluente. Logo, é possível concluir que, como todos do setor de TI são proficientes em programação, alguns deles falam inglês fluente. Não é possível afirmar que todos do setor de TI falam inglês fluente (letra a) ou que nenhum fala (letra c). A letra b nos parece uma boa alternativa, mas sabemos que alguns proficientes em programação falam inglês fluente, mas não necessariamente

CONTABILIDADE

CONCEITOS, OBJETIVOS E FINALIDADES DA CONTABILIDADE

Estudar contabilidade necessita que o aluno enxergue o conteúdo por meio de uma ótica totalmente nova. Talvez essa seja a grande dificuldade dos alunos que estudam essa matéria pela primeira vez.

Portanto, vamos começar pelo conceito, dado no primeiro Congresso Brasileiro de contabilistas realizado em 1924: “Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica.”

A partir desse conceito precisamos destacar algumas expressões importantes para o estudo da contabilidade. Veja que ela tem um foco basicamente em orientar, controlar e registrar eventos.

Muito bem, a partir desse momento você já deve entender que a **contabilidade é uma ciência social**, portanto, **não é ciência exata**. Contabilidade não é técnica, não é procedimento.

OBJETIVOS

Como toda ciência, a contabilidade também possui um objeto de estudo. Perceba, como exemplo, que o direito estuda as normas jurídicas e sua aplicação no fato social. **O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio das entidades.**

O patrimônio é composto por bens, direitos e obrigações. Para o conjunto de **bens e direitos**, damos o nome de **ativo**. Já as obrigações são chamadas de passivos. As **obrigações** são divididas em **obrigações com terceiros**, também chamadas de **passivo exigível**, e **obrigações próprias ou com sócios**, conhecidas como **patrimônio líquido**.

FINALIDADE DA CONTABILIDADE

Surge para nós agora uma simples pergunta: com qual finalidade essa ciência contábil vai estudar o patrimônio?

A contabilidade possui uma finalidade, um objetivo simples: estudar e controlar o patrimônio com o objetivo de **fornecer informações úteis e tempestivas para tomada de decisão**. Fica claro que, por conta desse objetivo, **a contabilidade é conhecida por ser uma ciência informacional**, ou seja, o profissional da contabilidade existe unicamente para controlar, registrar e evidenciar as informações a respeito do patrimônio de uma entidade, com o objetivo de divulgar essas informações para quem tiver interesse.

Importante destacar que essas informações serão fornecidas para quem tiver interesse, ou seja, a contabilidade não é uma ciência que atende a determinado grupo de pessoas.

O objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Apenas reforçando o conceito, patrimônio é o conjunto de elementos necessários à existência de uma entidade, ou seja, bens, direitos e obrigações. Vamos detalhar um pouco os componentes do patrimônio!

COMPONENTES

Bens

São todos os objetos que uma empresa possui, seja para uso, troca ou consumo.

Os bens podem ser classificados de várias formas, porém, para a contabilidade, a classificação que mais interessa é a que os divide em corpóreos (materiais) e intangíveis.

Bens tangíveis são aqueles que possuem substância física, que você pode pegar. Temos diversos tipos desses bens, mas podemos citar os estoques, caixa, imóveis, veículos, máquinas, móveis etc.

Já os bens intangíveis são caracterizados por não possuírem substância física, como as marcas, patentes, logotipos, direitos de exploração econômica e o fundo de comércio.

Direitos

Constituem direitos todos os valores que a empresa tem a receber de terceiros.

Os direitos são formados por valores a receber (clientes, duplicatas a receber e promissórias a receber), adiantamentos concedidos (adiantamentos a funcionários e a fornecedores) e despesas antecipadas (aluguéis antecipados, seguros antecipados). Os direitos geralmente aparecem registrados nos livros contábeis da empresa, com o nome do elemento representativo do direito, acompanhado da expressão **“a receber”**.

Obrigações

Constituem obrigações para a empresa todos os valores que ela tem a pagar para terceiros e para os sócios.

As obrigações com terceiros (também chamadas de passivo exigível) de uma empresa geralmente aparecem registradas nos livros contábeis das empresas com o nome do elemento representativo da obrigação seguido da expressão **“a pagar”** ou **“a recolher”**.

As obrigações com sócios (também conhecidas como capital próprio ou patrimônio líquido) representam valores gerados pela própria entidade (lucros e reservas), bem como pelo capital integralizado pelos sócios.

EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO

Uma premissa muito importante na contabilidade é que todo item no patrimônio possui uma origem, ou seja, na contabilidade não existe geração espontânea de patrimônio! Tudo tem uma origem. Partindo dessa premissa, devemos entender como ocorre a dinâmica patrimonial.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS

TABELAS

Modelo de uma Tabela

Para que serve e como montar uma tabela? Uma tabela deve ser composta por diversas linhas e colunas. Devemos também ter um título (normalmente na primeira linha da tabela) e vários dados organizados nas linhas e colunas seguintes.

Geralmente, na primeira linha, depois do título, teremos as classes que serão retratadas nas linhas, por exemplo: estados, siglas, população, área etc. Nas linhas seguintes teremos os dados da tabela; teremos em uma mesma linha o estado, relacionando sua sigla, sua população, sua área etc.

Vejamos o exemplo dessa tabela citada:

INFORMAÇÕES DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE			
Estado	Sigla	População	Área (km ²)
Minas Gerais	MG	21.292.666	586.522
Espírito Santo	ES	4.064.052	46.095
Rio de Janeiro	RJ	17.366.189	43.780
São Paulo	SP	45.919.049	248.222

Analisando a tabela anterior, podemos concluir que Minas Gerais (MG) é o maior estado da região Sudeste, pois tem a maior área, mas que o estado de São Paulo é o mais populoso, por ter uma população maior que os outros.

O importante é olhar uma tabela e entender quais dados podemos extrair com o que está apresentado nela.

Dica

As tabelas mais utilizadas na estatística são as tabelas de frequência.

Tipos de Séries Estatísticas

As séries estatísticas são as diversas maneiras de apresentar os dados desejados em forma de tabela. O objetivo das séries estatísticas é organizar os dados observados e mostrá-los de maneira organizada, facilitando sua compreensão.

Temos vários tipos séries estatísticas, mas vamos destacar algumas mais importantes:

- **Séries temporais:** conjunto de observações de uma variável ao longo do tempo, ou seja, uma sequência de dados numéricos em ordem sucessiva. Nesse tipo de série o que varia é o tempo, mas o fato e o local de observação são fixos;
- **Séries geográficas:** conjunto de observações de uma variável em diferentes locais. Nesse tipo de série o que varia é o local (região) da observação, mas o tempo e o fato observado são fixos. Ex.:

POPULAÇÃO DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE	
Estado	População
Minas Gerais	21.292.666
Espírito Santo	4.064.052
Rio de Janeiro	17.366.189
São Paulo	45.919.049

- **Séries específicas:** conjunto de observações de uma variável com diferentes categorias (espécies). Nesse tipo de variável o que varia são as categorias observadas, mas o tempo e o local são fixos. Ex.: queremos analisar a quantidade de animais diferentes que habitam uma certa região de proteção florestal. Nesse caso, a tabela será classificada pelas espécies observadas na região de interesse em um mesmo intervalo de tempo.

ESPÉCIES QUE HABITAM A REGIÃO EM 2020	
Espécie	Quantidade Observada
Onça	45
Tamanduá	75
Lobo	107
Anta	90

- **Séries conjugadas (mistas):** nesse tipo de séries vamos conjugar dois tipos de séries em uma mesma tabela. Ex.: vamos conjugar a tabela específica anterior com uma série temporal, mostrando a quantidade de cada espécie observada ao longo dos últimos três anos.

ESPÉCIES QUE HABITAM A REGIÃO – ÚLTIMOS 3 ANOS			
Espécie	Quantidade Observada		
	2018	2019	2020
Onça	30	38	45
Tamanduá	60	65	75
Lobo	30	90	107
Anta	50	80	90

Séries Temporais

ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL

A EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A REFORMA DO ESTADO

O 1º tema a ser enfrentado é a evolução dos modelos teóricos de Administração Pública no contexto brasileiro. Após o entendimento de como o gerenciamento da máquina pública evoluiu, vamos nos aprofundar na convergência entre a gestão pública e a gestão privada, e finalizaremos com a excelência da prestação do serviço público.

Como já visto no 1º tópico desta disciplina, é importante relembrar a relação entre o Direito Administrativo e a ciência da Administração. Esta consiste no estudo das técnicas e ferramentas para melhor planejar, organizar, dirigir e controlar a gestão pública. Por outro lado, o Direito Administrativo é responsável por definir os limites nos quais a ciência da administração pode ser validada no âmbito governamental.

A evolução dos modelos teóricos de administração pública é assunto interessantíssimo, interligando o conhecimento da história política brasileira com os conceitos inerentes à administração.

Dentro de uma perspectiva histórico-evolutiva, percebemos 3 diferentes modelos de administração pública implantados no Brasil em diferentes momentos, são eles:

- Administração Patrimonialista;
- Administração Burocrática;
- Administração Gerencial.

De maneira didática, os 3 modelos teóricos de Administração Pública são estudados separadamente de acordo com seu momento histórico, mas o que se percebe é que os 3 tipos se sobrepõem e coexistem na estrutura da Administração Pública atual. Ainda hoje, encontramos traços do modelo patrimonialista e burocrático.

Administração Patrimonialista

Mesmo de forma desorganizada, o 1º modelo de administração do estado foi o patrimonialismo. Vigorou como modelo predominante desde o tempo do Brasil colônia até a República Velha (até 1930). Nele não existia a divisão entre os bens públicos e os bens privados, tudo era considerado como “propriedade” do soberano, o qual usufruía livremente dos bens sem nenhuma necessidade de prestação de contas para sociedade.

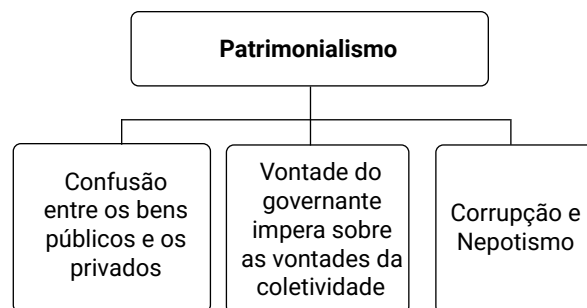
Conforme Bresser Pereira (2011), um dos maiores especialistas em Administração Pública, “o patrimonialismo significa a incapacidade ou a relutância de o Príncipe distinguir entre o patrimônio público e os seus bens privados”.

Portanto a confusão entre os bens públicos e bens particulares é uma das mais conhecidas características do modelo de gestão patrimonialista.

O Estado era tido como uma extensão do patrimônio do soberano, e os cargos da administração pública eram todos de livre nomeação, cabendo ao soberano a escolha entre os parentes diretos e demais amigos da família, baseados nos critérios de pessoalidade, favoritismo, parentesco e lealdade.

Diante disso, a prática da corrupção e do nepotismo foram traços marcantes desse período. Consequentemente, o foco das ações não era atender as necessidades da coletividade, e sim “tirar” proveito para si e para as vontades do soberano.

A cultura predominante nessa época era a patriarcal e o paternalismo, nos quais os “amigos do rei” sempre encontravam uma “boquinha” para se lambuzar dos recursos do estado.



Essa forma de administração vigorou predominantemente até o surgimento das organizações de grande porte, o processo de industrializações e as demandas sociais emergentes (até 1930 – início da República Velha), as quais forçaram o governo a adotar um novo modelo de administração capaz de responder as demandas da sociedade e os anseios dos comerciantes e donos de indústrias.

Após a tomada de poder em 1930 por Getúlio Vargas, iniciou a passagem do modelo patrimonialista para o modelo burocrático, esse inspirado nos estudos de Max Weber.

Dica

Max Weber, intelectual alemão e considerado o “pai” da burocracia, acreditava que a burocracia era a organização por excelência.

Administração Burocrática

A Primeira Grande Guerra Mundial e a Grande Depressão foram o marco da crise do mercado e do Estado Liberal. No Brasil, em face à desorganização do Estado e a falta de um plano de desenvolvimento nacional, aliados a alto nível de corrupção e nepotismo no poder público, um novo modelo de administração pública era necessário.

Com a ascensão de Getúlio Vargas e a necessidade de combater a corrupção e o nepotismo do patrimonialismo, emerge a administração pública burocrática, baseado nos estudos do teórico alemão Max Weber, o qual entendia a burocracia como uma forma superior de organização social e dominação racional-legal, capaz de levar as organizações a atingirem maiores graus de eficiência.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO

FRANÇA EQUINOCIAL – EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE E FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS

Por volta de 1613, informações começaram a surgir sobre outro projeto estrangeiro para o Maranhão, conhecido posteriormente como França Equinocial. Ao contrário de ingleses e holandeses, que inicialmente estabeleceram pequenos complexos comerciais e feitorias nas margens dos rios, os franceses empreenderam uma ação que, apesar de suas dimensões limitadas, envolvia uma ocupação militar-civil, ocorrida entre 1612 e 1615.

O projeto da França Equinocial começou a se concretizar com base no relatório elaborado por Charles De Vaux, um dos navegadores que explorava o norte de Pernambuco. De Vaux, após passar anos entre os indígenas da nação tupinambá, convenceu Henrique IV a iniciar os planos para a ocupação dessa parte da América Portuguesa.

Em 1611, a regente francesa Maria de Médici emitiu instruções gerais para a efetivação do projeto. A frota, composta por três navios e cerca de 500 homens, partiu do porto de Cancale, na Bretanha, em março de 1612, fazendo escalas em Fernando de Noronha e na capitania do Ceará antes de chegar ao Maranhão em julho de 1612.

Os franceses ocuparam inicialmente uma das ilhas menores, Santa Anna, e, em seguida, transferiram-se para a ilha de Upaon-Açu, onde estabeleceram imediatamente uma fortificação, o Forte de Saint-Louis, em referência ao rei francês, Luís XIII. O povoado da França Equinocial daria, então, origem à cidade que se tornaria a capital do Maranhão, São Luís.

Em outubro de 1612, o governo espanhol, recebendo informações precisas sobre as atividades francesas na ilha do Maranhão, acelerou seus planos para a conquista do território.

Os portugueses, por sua vez, decidiram reivindicar a região, expulsando os franceses por meio de uma ação militar liderada por Jerônimo de Albuquerque Maranhão, composta por soldados portugueses e pernambucanos, além do amplo apoio indígena.



Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Fonte: Instituto Geográfico do Maranhão (IHGM).

Jerônimo de Albuquerque Maranhão nasceu em Olinda, Pernambuco, em 1548. Era mameluco, filho da indígena Maria do Espírito Santo Arco Verde e do português Jerônimo de Albuquerque, que chegou ao Brasil em 1535, em companhia de seu cunhado, Duarte Coelho, o primeiro donatário da capitania de Pernambuco.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão foi o primeiro brasileiro a comandar uma força naval para defender o Brasil, sendo o herói da conquista do Maranhão durante a expulsão dos franceses da França Equinocial, e também fundador da atual capital do Rio Grande do Norte, a cidade de Natal.

BATALHA DE GUAXENDUBA

A FRANÇA EQUINOCIAL E A FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS

A presença francesa no litoral maranhense resultou de um projeto de colonização batizado de França Equinocial, que pretendia fixar a coroa francesa na faixa tropical da América do Sul. Em março de 1612, uma expedição partiu do porto de Cancale, na Bretanha, sob o comando de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, reunindo cerca de quinhentos homens vindos de Cancale, Granville e Saint-Malo. O objetivo era estabelecer uma base permanente numa região ainda pouco ocupada pelos portugueses.

A ocupação se materializou na ilha do Maranhão com a construção de um forte de madeira, o Forte de São Luís, cujo nome homenageava o rei francês Luís XIII e o santo medieval Luís IX. A data de fundação, marcada por uma missa celebrada por frades capuchinhos, costuma ser fixada em 8 de setembro de 1612. Desse núcleo fortificado nasceu a cidade de São Luís, que permanece até hoje como a única capital brasileira fundada por europeus que não eram portugueses.

Nos primeiros anos, os franceses estreitaram alianças com povos indígenas da região, sobretudo os tupinambás, o que lhes garantiu mão de obra, informação e apoio militar. Essa rede de alianças explica a superioridade numérica que eles ainda exibiriam no confronto decisivo. A instalação, porém, contrariava

ATUALIDADES

FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, ADMINISTRATIVOS, CULTURAIS, AMBIENTAIS, CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E JURÍDICOS OCORRIDOS NO BRASIL E NO MUNDO

I JANEIRO DE 2026

Mundo

● 56ª edição do Fórum Econômico Mundial¹

O encontro do Fórum Econômico Mundial (WEF) foi realizado em Davos, na Suíça, entre os dias 19 e 23 de janeiro e reuniu chefes de Estado e de governo, ministros, dirigentes de organismos internacionais, executivos de grandes empresas e especialistas.

As pautas concentram-se nas discussões dos principais desafios globais contemporâneos, com destaque para o crescimento econômico em um cenário de incertezas, a cooperação internacional, a inovação tecnológica, a sustentabilidade ambiental e, por último, a transição energética.

Um dos eixos centrais do encontro foi a intensificação das tensões geoeconômicas entre grandes potências, envolvendo disputas comerciais, cadeias globais de valor, política industrial e segurança energética. No que tange ao Brasil, os temas discutidos em Davos, na conferência, dialogam diretamente com desafios internos, como crescimento econômico sustentável, inserção competitiva no comércio internacional, transição energética e atração de investimentos externos.

Assim sendo, a realização do WEF e seus debates tiveram ampla repercussão, evidentemente, na imprensa internacional, assim como na brasileira, sendo analisados sob a perspectiva do posicionamento dos países no cenário global e da capacidade de atração de investimentos. A participação e o nível de representação nacional em eventos desse porte costumam ser interpretados como indicadores da estratégia de inserção internacional dos Estados.

● Valorização do ouro e sinais de instabilidade econômica global²

O preço do ouro atingiu, no começo de 2026, valores recordes no mercado internacional, superando,

pela primeira vez, a marca de US\$ 5.500. Esse fenômeno foi interpretado por analistas econômicos como um indicador de fragilidade da economia global.

Tradicionalmente considerado um ativo de proteção (ativo de refúgio), o ouro tende a se valorizar em períodos de elevada incerteza econômica, instabilidade financeira ou tensões geopolíticas. Segundo especialistas, a forte demanda pelo metal precioso reflete a perda de confiança em outros ativos financeiros, como moedas e títulos públicos, sobretudo em contextos de inflação persistente, desaceleração econômica e conflitos internacionais. Esse comportamento dos investidores é comparado a uma “febre”, pois revela uma busca intensa por segurança patrimonial.

Ao contrário de crises passadas, o contexto atual é marcado por um grave quadro de desarticulação institucional nos Estados Unidos e por tensões geopolíticas inéditas, intensificadas durante a segunda gestão de Donald Trump na presidência estadunidense. Entre outros fatores, a valorização expressiva do metal no início do ano de 2026 foi associada à incerteza no que diz respeito ao crescimento econômico mundial, às tensões entre grandes potências e também às dificuldades de coordenação das políticas econômicas globais.

Dessa maneira, o que se pode concluir é que a valorização do ouro não representa apenas uma oportunidade de investimento, mas também um termômetro da confiança dos agentes econômicos no funcionamento da economia global.

● Pressão política sobre o Federal Reserve dos EUA³

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, reagiu publicamente às ações da Casa Branca ao afirmar que a ameaça de uma acusação criminal estaria sendo utilizada como um pretexto para interferir nas decisões sobre a taxa de juros. Ao endurecer o discurso, Powell classificou a situação como uma pressão política inédita sobre o banco central estadunidense, destacando que tentativas desse tipo colocam em risco a autonomia da política monetária e a credibilidade institucional do Fed.

O episódio reacendeu o debate sobre a independência do banco central em relação ao Poder Executivo, princípio considerado fundamental para a estabilidade econômica. Enquanto Powell reforçou a necessidade de decisões técnicas baseadas em indicadores econômicos, a Casa Branca negou qualquer tipo de interferência, afirmando que respeita a autonomia do Federal Reserve na condução da política monetária.

A tensão entre o governo e o banco central americano ocorreu em um momento em que o Fed decidiu manter as taxas de juros estáveis na primeira reunião de política monetária de 2026, apesar dos apelos públicos de Donald Trump por cortes mais veementes, numa tentativa de estimular o crescimento econômico. Powell reforçou que a independência do

1 JOHN, M. Confronto econômico entre países lidera riscos do Fórum Econômico Mundial. **CNN Brasil**, 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/confronto-economico-entre-paises-lidera-riscos-do-forum-economico-mundial>. Acesso em: 3 fev. 2026.

2 ‘FEBRE do ouro’ é sintoma de uma economia doente, afirma economista; valor bateu recorde em janeiro. **G1**, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2026/01/31/febre-do-ouro-e-sintoma-de-uma-economia-doente-afirma-economista-valor-bateu-recorde-em-janeiro.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

3 COLAÇO, J. Powell reage à Casa Branca e expõe pressão política inédita sobre o Federal Reserve. **G1**, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/01/12/powell-reage-a-casa-branca-e-expoe-pressao-politica-inedita-sobre-o-federal-reserve.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

MEDICINA LEGAL

CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E DIVISÕES DA MEDICINA LEGAL

CONCEITO

A medicina legal é o ramo da medicina que fornece conhecimentos médicos e científicos para o direito, contribuindo na elaboração de novas leis, na execução (aplicação) das leis já existentes e na interpretação de dispositivos legais que tenham significação médica.

A medicina legal é, portanto, uma área de **intersecção** entre o direito, a medicina e a criminalística (estudo dos vestígios deixados pela ação criminosa).

Além de uma ciência aplicada, a medicina legal é reconhecida como uma especialidade médica pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), conforme consta na Resolução nº 1.845, de 2008, do CFM.

Sinônimos

A medicina legal também é denominada, entre outras formas, de medicina forense, medicina legal forense, medicina judiciária, medicina dos tribunais, medicina política, bioscopia forense, medicina pericial e medicina crítica.

IMPORTÂNCIA E ALCANCE DA MEDICINA LEGAL

A medicina legal relaciona-se com **todos** os ramos do direito: penal, civil, trabalhista, previdenciário etc., sempre que forem necessários conhecimentos médicos para decidir alguma questão.

Tendo em vista seu caráter auxiliar, a medicina legal alcança (interage) com diversos ramos do direito, sendo os de relação mais próxima os seguintes:

- **Direito processual penal e direito penal:** no que diz respeito a homicídio, lesões corporais, infanticídio, aborto, embriaguez, imputabilidade, sexualidade delituosa, toxicomanias etc.;
- **Direito processual civil e direito civil:** no que tange às questões de paternidade, impedimentos matrimoniais, capacidade civil, comoriência e outras;
- **Direito do trabalho e direito previdenciário:** ao trazer informações sobre acidentes de trabalho, doenças laborais, insalubridade etc.;
- **Direito administrativo:** quando cuida dos atestados médicos.

Especialmente em relação ao direito penal, a medicina legal fornece conhecimentos sobre questões como: natureza jurídica da morte, formas de lesões corporais, aborto, imputabilidade, emoção etc. Para o direito processual penal, por sua vez, tem aplicação no exame toxicológico, no incidente de sanidade, na identificação, entre outros assuntos.

Assim, o estudo da medicina legal é essencial para que policiais, membros do Ministério Público, juizes, advogados e outros profissionais da área jurídica saibam não só quando e como solicitar um laudo, mas também como avaliá-lo.

Retomando o conceito apresentado no início do estudo, é possível afirmar que a importância da medicina legal se dá por auxiliar o direito na elaboração, execução (aplicação) e interpretação das leis.

DIVISÕES

Tendo em vista que seu campo de estudo é bem amplo, são várias as formas de dividir (classificar) a medicina legal.

A divisão tradicional e mais utilizada para fins didáticos classifica a medicina legal em medicina legal geral e medicina legal especial.

A medicina legal **geral** estuda a chamada deontologia médica (princípios e fundamentos relativos ao exercício profissional da medicina, à ética e responsabilidade médica; ou seja, os deveres dos profissionais) e a diceologia médica (direitos dos profissionais médicos).

A medicina legal **especial**, por sua vez, é dividida nos seguintes ramos:

- **Antropologia forense:** estuda a identidade e a identificação do ser humano, seus métodos, processos e técnicas. A identidade médico-legal dá-se por idade, sexo, altura, peso, sinais individuais, dentes, tatuagens etc. A identidade judiciária é obtida por meio da datiloscopia, da antropometria, entre outras maneiras;
- **Sexologia forense:** estuda as questões médico-legais relacionadas ao sexo (sexualidade normal, patológica e criminosa). Subdivide-se em himenologia (estuda o casamento e o divórcio, a eugenia, a esterilização dos criminosos sexuais); obstetrícia forense (trata da fecundação, gestação, parto, estado puerperal, aborto, determinação ou exclusão da paternidade) e erotologia (cuida das perversões, dos crimes sexuais, da prostituição);
- **Tanatologia forense:** estuda o fenômeno da morte (sua cronologia, sinais, diagnóstico, determinação da natureza, fenômenos cadavéricos etc.);
- **Traumatologia forense:** estuda as lesões corporais e os agentes causadores do dano. Inserida na traumatologia forense encontra-se a asfixiologia forense, que cuida do estudo das lesões causadas pelos diversos tipos de asfixias (esganadura, estrangulamento, enforcamento, afogamento, soterramento, imersão em gases etc.), seus sinais específicos e mecanismos;
- **Toxicologia forense:** estuda drogas psicoativas ou fármacos e seus efeitos. Para alguns autores, estuda, ainda, os venenos, envenenamentos e intoxicações; para outros, esses três itens são estudados pela traumatologia forense (uma vez que o veneno é uma energia química);
- **Psiquiatria forense:** estuda as doenças e os distúrbios mentais e, também, a periculosidade do agente;
- **Psicologia forense:** estuda o psiquismo normal e os fenômenos que podem influenciar na capacidade de entendimento de testemunhas, acusados e vítimas.

CRIMINOLOGIA

CRIMINOLOGIA

O aumento da complexidade dos fenômenos criminais, materializado em fatos como o recrudescimento da violência urbana, o caos no sistema carcerário, a sofisticação da corrupção e o aumento da criminalidade organizada, entre outros fatos, tem motivado cada vez mais o estudo da criminologia, uma vez que consiste em uma ciência que se propõe a fornecer respostas a tais problemas.

Assim, na busca de apurar a visão crítica e científica de quem se propõe a analisar o problema da delinquência e, ao mesmo tempo, fornecer respostas mais detalhadas aos problemas criminais que atingem todas as sociedades, a criminologia tem sido cada vez mais inserida no conteúdo de exames de seleção e curso de formação de diferentes carreiras.

CONCEITO

A palavra criminologia vem do latim *crimino* (crime) e do grego *logos* (estudo, tratado) significando, literalmente, o “estudo do crime”.

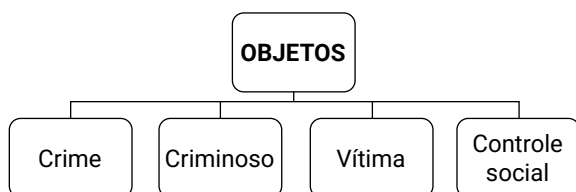
O termo “criminologia” foi criado por **Paul Topinard**, em 1883, e difundido internacionalmente pelo italiano **Raffaele Garofalo**, em 1885, em sua obra *Criminologia*.

Criminologia pode ser conceituada como uma ciência **autônoma** (não se subordina a outras; “caminha com as próprias pernas”), **empírica** (baseada na observação e na experimentação da realidade / “do ser” / “não dogmática”) e **interdisciplinar** (soma/integra o conhecimento de várias ciências) que tem por objeto de análise o crime, o criminoso, a vítima e as formas (mecanismos) de controle social (ou contenção social, como preferem alguns autores).

Atenção! O conceito de criminologia, apesar de simples, é recorrente em provas de concursos. Nesse sentido, vale lembrar que a criminologia é uma **ciência**:

- Autônoma;
- Empírica; e
- Interdisciplinar.

Tem como objetos:



O mnemônico **CCVC** (crime, criminoso, vítima e controle social) auxilia a memorização de tais objetos.

Vale mencionar que o crime pode ser chamado de delito, e o criminoso, de delinquente.

CIENTIFICIDADE

A criminologia é uma **ciência** que se baseia na experiência e na observação da realidade dos fatos.

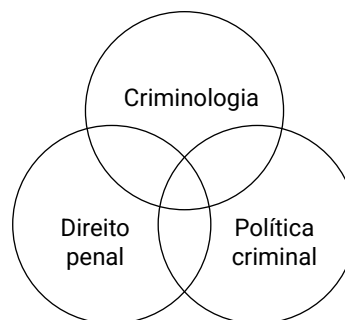
Nascida a partir da obra *O Homem Delinquente*, de Cesare Lombroso, publicada em 1876, seus marcos teóricos (base de sustentação do conhecimento criminológico) vêm sendo elaborados desde o século XIX — não em achismos, como as pseudociências que a precederam.

Nesse sentido, consiste em uma ciência **autônoma**, uma vez que **não** se subordina a nenhuma outra. Possuindo objeto de estudo próprio e utilizando o método científico, provê informações válidas sobre o fenômeno criminal.

Embora autônoma, vale ressaltar que a criminologia é interdisciplinar, dependendo de conhecimentos de outras áreas do saber humano.

SISTEMA PENAL

A criminologia faz parte das chamadas ciências criminais (ou ciências penais) e forma um sistema com a política criminal e o direito penal.



Apesar de serem autônomas e possuírem diferentes finalidades, a criminologia, o direito penal e a política criminal são ciências intimamente ligadas.

A **criminologia** se propõe a compreender o fenômeno criminal de uma forma ampla, ou seja, analisa o fenômeno criminal com a intenção de entender seus múltiplos aspectos (origem, causas individuais e sociais, prevenção, consequências e funcionamento das instâncias de controle).

A criminologia, portanto, estuda o crime enquanto **fato** (é a ciência do “**que é**”), utilizando, para tanto, o método **indutivo** (do concreto para a conclusão generalizada).

O **direito penal**, por sua vez, consiste em uma ciência formal e normativa que estuda o crime enquanto **norma** (é a ciência do “**que deve ser**”/“**dever-ser**”), utilizando, para tanto, o método **dedutivo**, partindo da situação geral para chegar ao caso particular (analisar os fatos humanos considerados indesejados e definir infrações penais e suas respectivas sanções).

Já a **política criminal** é uma arte (ou ciência, como preferem alguns autores) que diz respeito a como o **governo** se relaciona com o fenômeno criminal, tratando do crime enquanto **valor** (“como deve ser”). Em outras palavras, consiste no estudo e na elaboração de estratégias e meios de controle social da criminalidade, e tem como fim nortear o aperfeiçoamento da legislação penal vigente.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO